

PROTOCOLO

REGISTRO GERAL LEGISL.

2426 de 11 125 1995

Autuado c. 03 fôlhas

Ass.

Publique-se Inclua-se em

para por cinco sessões

10 maio 95

REUNIDO TRIPLO - Presidente

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 38, DE 1995

Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente de Informação e Defesa Institucional.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo resolve:

FLS. N.º 01
PROC. 2426
J

Artigo 1º - Fica criada a Comissão Permanente de Informação e Defesa Institucional do Poder Legislativo do Estado de São Paulo.

§ 1º - A Comissão terá por finalidade informar e esclarecer a opinião pública sobre todos os assuntos relacionados à Assembléia Legislativa e os seus membros, dimensionando sua relevância para o regime democrático.

§ 2º - A Comissão desenvolverá um programa especial de caráter didático junto aos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º grau.

Artigo 2º - A Comissão será composta por um deputado de cada partido com representação na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

§ 1º - Os membros da Comissão serão nomeados por ato do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, mediante indicação, por escrito, do respectivo Líder Partidário.

§ 2º - As vagas na Comissão dar-se-ão por renúncia ou por nova indicação.

Artigo 3º - A Comissão, observada a legislação específica, terá entre outros, poderes para:

I - determinar providências, por todos os meios cabíveis, para a consecução de seus fins, e

II - deslocar-se a qualquer ponto do território estadual para a realização de audiências públicas.

Parágrafo Único - A Mesa e a Administração da Casa deverão prover a Comissão dos meios e recursos necessários ao bom desempenho de suas funções, atendendo preferencialmente as providências por ela solicitadas.

Artigo 4º - A Comissão definirá, pela maioria absoluta de seus membros, o seu regime de funcionamento podendo prever, inclusive sua atuação durante o recesso parlamentar.

Artigo 5º - A Comissão apresentará

ENTREGUE À MESA EM
979922
25646
979922
25646

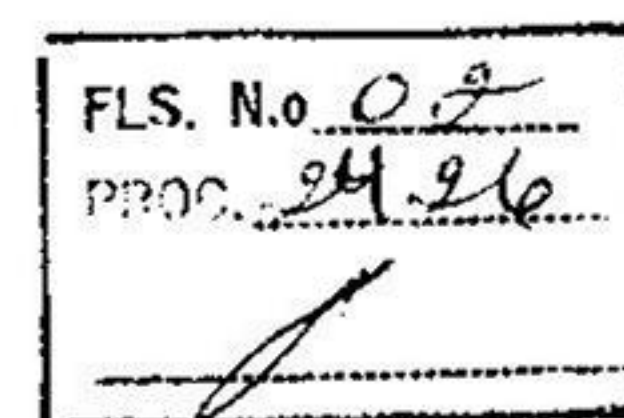
6084

à Mesa, relatório circunstanciado de suas atividades.

Artigo 6º - As despesas decorrentes da execução desta resolução correrão à conta das dotações consignadas à Assembléia Legislativa no orçamento-programa.

Artigo 7º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

J U S T I F I C A T I V A



A necessidade da Comissão ora proposta impõe-se pela obrigação que temos, nós todos deste Parlamento, de trabalhar permanentemente, pelo engrandecimento e pela dignidade do Poder Legislativo.

Todavia, e infelizmente, o povo perdeu a crença no poder que representamos.

A imagem do parlamentar, no conceito popular, é a pior possível. Sem exagero, posso afirmar, que ser homem público, em São Paulo e no País, é ser um homem suspeito. Até nos círculos de nossas amizades, somos olhados com suspeita. Diante de tantos abusos e arbitrariedades, praticados por minorias insignificantes, a crítica pesada generalizou-se, salpicando-nos, todos, de lama.

Perante a opinião pública nós somos um súa de aproveitadores que se protege mutuamente, renovando-se nos cargos.

Esta situação deprimente, que desmoraliza o Parlamento, nas pessoas dos seus representantes, não pode continuar. Cabe-nos zelar, cuidar, trabalhar, para que o cidadão volte a olhar as instituições públicas com respeito e confiança.

O propósito da criação da Comissão Permanente de Informação e Defesa Institucional, que deverá contar com representantes de todos os partidos com assento nesta Casa, é purgá-la de suas impurezas, restabelecendo sua antiga e majestosa grandeza. Até pouco tempo, o parlamentar, integro, inatácavel, era distinguido no seio da sociedade brasileira.

Reservavam-lhe os lugares de honra nas reuniões sociais. Quando passava por uma rua, era cumprimentado com deferência, respeitosamente. Hoje, nem se dá mais conta das nossa pessoas. E, se há comentários, são os piores

possíveis.

Apontam-nos, não como homens que, pelas elevadas funções que exercem, deveriam merecer toda a admiração, até o bem-querer do povo; ao contrário somos olhados com desprezo..

Somos nós, os parlamentares, os homens mais desacreditados do país. Reconheço este fato com imensa tristeza.

Não há um único representante nesta Casa que não sinta e que não tenha sofrido estas críticas.

Daí por que nós, unidos acima das legendas das divergências filosóficas e partidárias, estamos na obrigação no dever, de zelar pela integridade desta Casa e, com os nossos exemplos, mantê-la inatacável, num plano superior de respeitabilidade.

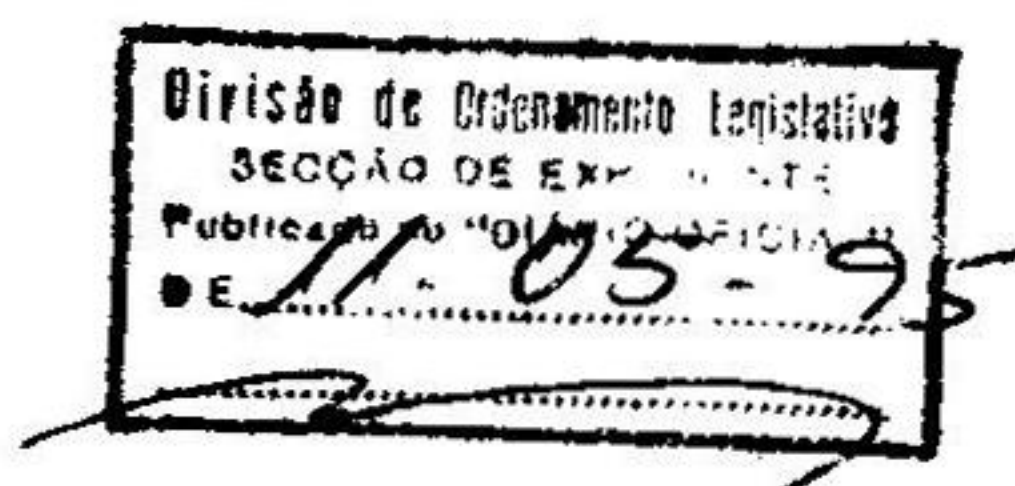
Rui Barbosa, em certa altura da vida declarou, diante de tantas imposturas e, velhacarias, sentia-se envergonhado de ser honesto. Ainda não chegamos ao ponto de nos envergonharmos de sermos deputados, vereadores, senadores mas somos, no país, a instituição mais desmoralizada.

Isso deprimente vexatório, e é do nosso máximo dever, com os nossos exemplos edificantes, esclarecer a opinião pública sobre nossos trabalhos restabelecendo aquele antigo respeito, aquela aura de veneração que cercava a instituição e que fazia, do homem público, um ser inatacável, respeitado na sua pessoa e nas funções que exercia.

Embora fugindo do tema, quero salientar nesta oportunidade, que, se o Poder Executivo nomeia, promove, remove e tem poder de coação; se o Poder Judiciário, tem a toga que intimida e impõe respeito, o Poder Legislativo, não tem nada para protegê-lo, senão nós mesmos, com nosso exemplo, trabalho e irrepreensível conduta.

Sala das Sessões, em

CAMPOS MACHADO



Divisão de Ordenamento Legislativo
Esta proposição contém
assinaturas
SDC, 1015/1995
Chefe de Seção

D. O. B. 19/5/195

Arquive-se, nos termos do Art. 177
da IX CRI. Publique-se este
Despacho.

201 maio 1 2000

VANDERLEI MACIEL

Presidente

Divisão de Ordenamento Legislativo
Serviço de Processo Legislativo
Publicado no "DIÁRIO OFICIAL"
de 24/03/2000